

O VISIONÁRIO AGOSTINHO DA SILVA: Sofia e paradoxia

Maria Helena Varela

Ao recordar Agostinho da Silva, vem-me á memória esse homem simples e sábio que algumas vezes visitei em sua casa em Lisboa, acompanhando nossa amiga comum Dalila Lello Pereira da Costa. Sentia-me, então, fascinada ao escutar seu verbo sapiencial, suspenso de um *pensar vadio*, sem marca nem pontífice, tão liberto quanto os dois gatos que, despreocupados, passeavam pela sala. Lembro-me ainda de um programa de televisão, justamente intitulado *Conversas vadias*. Controverso, misto de sábio e de visionário, de homem comum e marginal, Agostinho e suas conversas vadias entusiasmavam o grande público, contagiando-o com suas idéias de poeta e de profeta, simultaneamente doce e arredo, familiar e enigmático. O gosto pelo paradoxo, pela coincidência dos contrários, segundo ele, característico do homem português, parecia colocá-lo para além do bem e do mal, das ortodoxias e das heterodoxias, questionando o bom senso e o senso comum, inquietando os mais acomodados, suscitando adesões ou repúdios extremos.

Mas Agostinho da Silva é muito mais do que essas imagens que guardei na memória e que haveria de recordar já aqui, neste Brasil que ambos amamos, e que para ele era uma espécie de *Terra Prometida* ou *Ilha dos Amores* em nossa epopéia espiritual, o ponto de encontro de todas as culturas. Sendo, sem dúvida, figura emblemática do pensamento contemporâneo em língua portuguesa, filólogo, filósofo e sobretudo filômito, pedagogo e quase sempre poeta e profeta — como é também próprio do ser português — Agostinho é fundamentalmente o precursor dessa *comunidade dos povos de língua portuguesa*, porquanto, na senda de Camões, Vieira e Pessoa, para ele, a pátria, Portugal, é a língua portuguesa, sendo o Quinto Império, a irmandade da fala, “um império cultural tecido de anseios e lonjuras.”¹ Se, no passado, Portugal unificou o mar, sua tarefa futura será a unificação do mundo pelo espírito, pela língua, constituindo-se a

nação portuguesa como a pátria virtual de quantos a falam, o que implica, como ele próprio dirá: “além deste Portugalzinho, as ilhas Atlânticas, a África, o Brasil, Goa e Malaca, Timor e Macau, as comunidades portuguesas em França, nos Estados Unidos, ou na Austrália, se não mesmo aqueles simples lugares em que um português só e sozinho passeia impávido como se tivesse atrás de si todas as forças do mundo.”²

Meditando sobre o sentido último da história e da cultura portuguesa, numa grande afinidade com Vieira e Pessoa, assumindo o franciscanismo e o paracletismo que Jaime Cortesão vislumbrara nos Descobrimientos, Agostinho da Silva passará a considerar a comunidade de língua portuguesa como a mediadora da unificação fraterna no mundo numa filosofia utópica e ucrónica que, unindo o tempo e a eternidade, o humano e o divino, culminará numa plenitude trans-histórica. Partindo da visão vieirina e pessoana de Quinto Império, o ideal português de expansão político-religiosa no mundo transformar-se-á, então, num símbolo de unificação mais amplo, através da divulgação de uma língua e cultura inspiradas, porque fiéis ao seu sentido meta-histórico.

O Quinto Império, o reino do espírito será tarefa de Portugal, esperança de fraternidade e unidade; só através desse império outro que só “poderá surgir quando Portugal, sacrificando-se como nação, apenas for um dos elementos de uma comunidade de língua portuguesa”³; só através desse reino espiritual “que surgirá por transformação interior do homem, (...) é que Portugal, por já não ser, será,”⁴ concluirá o filósofo. Porque só este Portugal ideal, metáfora da vida do espírito, símbolo da união dos contrários, da tolerância e aproximação entre os homens, poderá propiciar a passagem do mito à realidade, do messiânico ao histórico.

Portugal é o país mais autêntico porque não tem centro em parte alguma, sendo a sua situação periférica “marcada pela expansão de sua língua e cultura *pax in excelsis* que levará consigo.”⁵ A tarefa lusíada é a de construir a paz mundial, como já visionara Sampaio Bruno no final de *O Encoberto*, missão possível pelos laços que o país manteve no passado com os povos do mundo inteiro. Depois de navegar por mares reais, a nação portuguesa poderá navegar pelos mares da alma, da cultura e da língua, sendo, então, o mar sem fim português, um imenso oceano espiritual, a irmandade da fala.

Se este profetismo lusocêntrico determinará uma hermenêutica poético-imaginativa da história portuguesa, o filólito Agostinho da Silva não foi, porém, um visionário permanente. Embora o Portugal que emerge de seus escritos seja um Portugal metafórico, símbolo e mito, à maneira pessoana, a *praxis* agostiniana foi real e permanece viva. O seu Portugal concreto tem tarefas a realizar para ser digno da grandeza do passado e da sua missão futura, devendo contribuir para a unificação do mundo, para a construção de um império espiritual, personificado na língua, através de uma religiosidade aberta a todas as manifestações do

sagrado, de uma cultura da imaginação e de sua *filosofia do imprevisível*. Portugal é, para o filósofo, o *país concreto* que realizou geograficamente a união do mundo no passado, mas é também o símbolo do *país futuro*, capaz de realizar pela língua universalizada um mundo fraterno, assim se cumprindo a sua vocação histórica para aproximar terras e gentes, ser todo o mundo e ninguém, numa *conjunctio oppositorum* tolerante e miscigenadora.

Atento à realidade econômica internacional, ainda que à margem dela, Agostinho da Silva aperceber-se-á da importância da política e da educação, entendidas, porém, como exercício da liberdade. Articulando o trabalho e o lúdico, o sonho e a ação, cria Centros de Cultura nos diversos países onde Portugal floresceu, funda universidades, ele próprio lecionando em várias, dinamiza Centros de Estudos, organiza cursos livres, envia cartas circulares aos discípulos dispersos e atuantes pelo mundo inteiro. Para realizar o sonho de uma humanidade una, os povos de língua portuguesa espalhados pelo mundo terão um papel preponderante, sobretudo o Brasil, sendo a Universidade de Brasília por ele concebida como modelo do mundo futuro. Agostinho chegará mesmo a aperceber-se da formação de novos blocos geográficos e culturais, destacando-se os povos de línguas ibéricas, as penínsulas ibéricas, como dirá, a do Mediterrâneo Atlântico e a do Atlântico Pacífico.

Numa época em que Portugal, por um lado, parece circunscrever-se a seus domínios territoriais estritamente europeus, assumindo, por outro, a sua atlanticidade finistérica numa mobilidade que hoje é essencialmente língua, parece-nos da maior importância visitar Agostinho da Silva. O imaginário lusófono tornou-se hoje, definitivamente, o espaço cultural da pluralidade, sendo que a comunidade e a fraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, a sua unidade utópica, no sentido da partilha em comum, só poderá existir pelo conhecimento de todas as diferenças. Assim, se quisermos dar algum sentido à galáxia lusófona nesta virada de milênio, parece-nos da maior importância interpretá-la e vivê-la à maneira agostiniana, como demanda cultural de *nós mesmos através dos outros*, e dos *outros através de nós mesmos*, sendo a língua, o lugar de expressão e mediação dessa diversificada unidade.

Plural e mediática, tolerante e universal, a cultura portuguesa foi e ainda é uma cultura essencialmente nômade, fora e além de si, tecida de viagens, mestiçagens e metamorfoses. É como se, em sua exiguidade terrestre e *eksistência* marítima, a pátria lusitana se projetasse sempre nos espaços *entre*, caracterizando-se como *cultura de fronteira*⁶, conforme Boaventura Sousa Santos a definiu, essencialmente cosmopolita em seu acentrismo. Assumindo-se pela sua posição mediadora, mais do que por suas raízes, estas estariam sempre no longe da memória ou na distância da imaginação e, por isso mesmo, mitificadas. Por jamais se conter em seus limites territoriais estreitos, a cultura portuguesa tenderia hoje a identificar-se com a língua, nova pátria virtual de quantos a falam, como já havia sugerido Fernando Pessoa.

Na comunidade transcultural de seus falantes, da pátria-língua de Fernando Pessoa e comunidade da fala de Agostinho da Silva, às CPLPs políticas, a língua portuguesa surge, naturalmente, como um lugar de trânsito e de mobilidade mediática, seja em seu *estar-entre*, característico de sua meta-territorialidade simbólica, seja em seu *ser-entre*, característico de suas territoriais metamorfoses, remetendo-nos para as raízes míticas de um paracletismo mediador e seus quintos impérios universalistas e espirituais. Ela é a pátria virtual de seus falantes no mundo, como sabiamente visionou o pensador luso-brasileiro.

Agostinho da Silva nasceu no Porto em 1906, tendo-se licenciado em Filologia Clássica na Faculdade de Letras daquela cidade; passou, porém, parte de sua meninice na Barca de Alva, paisagem geográfica e humana que muito o marcou. Aluno de Leonardo Coimbra e colega de José Marinho, foi, sem dúvida, o menos filósofo do grupo, não por falta de sabedoria, mas pelo seu distanciamento em relação ao pensamento racional e especulativo, pelo seu desinteresse pelo *logos* ortodoxo e sistemático. Foi mesmo um dos maiores críticos da chamada *Filosofia Portuguesa*, à qual opunha, como inexplorado indicativo de nossa mentalidade, os aforismos e anexins populares, *nossa filosofia do imprevisível*. Na sua obra, mais de raiz sapiencial ou sófico-poética do que estritamente filosófica, manifestam-se influências da mística cristã, do budismo zen e do taoísmo, além de sua admiração pelo espinosismo.

Considerado um dos que fez a ponte entre a *Águia* e a *Seara Nova*, além de sua tese de doutorado, *Sentido histórico das civilizações clássicas*, em que refutava Spengler, deixou-nos uma vasta obra, apesar de seu gosto manifesto pela oralidade, destacando-se, *Conversação com Diotima*, *Reflexão à margem da literatura portuguesa*, *um Fernando Pessoa*, *Sete cartas a um jovem filósofo*, *Diário de Alcestes*, *Considerações*, entre outros escritos, bem como um conjunto de aforismos inéditos. Por toda ela parece perpassar o mesmo conceito de filosofia sapiencial, entendida como uma explicação total do universo, em que todos os contrários se harmonizam numa paradoxia meta-lógica. A par desta compreensão unitiva e não separativa, há que destacar, além de uma constante valorização da ciência, uma franca oposição, tanto às ortodoxias quanto às heterodoxias, bem como uma conseqüente apologia do paradoxo, entendido como o único que, por abranger em si os aparentes e complementares opostos, contém a totalidade do uno. Filósofo apenas porque filômito, Agostinho da Silva descreve do *logos* separativo, contrapondo-lhe, no mito e na profecia, quando não na poesia, uma paradoxia unitiva que “mais imagina a vida que a explica.”

Seres essencialmente marítimos, a produção filosófica dos portugueses parece enfermar de uma plasticidade líquida, confluindo, por vezes, em um sentimento apocalíptico da vida, conseqüência de nossa mobilidade insituada e causa de nosso desassossego e saudade existenciais. Incapaz de cristalizar na solidez dos sistemas, o nosso pensamento tornou-se um *pensar-sentir*, mais poético que reflexivo, preferindo pensar sentindo, a pensar apenas, sendo por isso, tal-

vez, nossos poetas, na errância metafísica de sua razão plástica, os grandes marcos *heterológicos*⁷ deste pensamento. Daí, a natureza complexa e polimorfa, fluida e abrangente de nosso pensamento, nele coexistindo, paradoxalmente, o positivo e o oculto, o cientismo e a transfiguração mitopoética, a razão e o mistério, como se essa coincidência de opostos fosse, uma vez mais, a marca de originalidade de nossa atlanticidade finistérica, conforme sabiamente destacou Agostinho, em sua singular paradoxia sófica.

Por incompatibilidade política com o regime do Estado Novo, Agostinho exilar-se-á no Brasil, sendo aí que seu pensamento e sua *praxis* adquiriram maturidade e significado. Expulso do *Portugal-território*, instalar-se-á no *Portugal-língua*, alargando sua missão cultural à África, China, Japão, Índia, ou melhor, ao mundo. Na seqüência desse “imperador da língua portuguesa” que foi Vieira, o projeto do Quinto Império parece-nos transfigurar-se em Agostinho da Silva, passando por Fernando Pessoa, na imagem virtual da pátria hipostasiada, lugar de encontro e completude teleológico, mercê “da universalidade e do tesouro sem fundo, semântico, filosófico e arcânico que é a língua portuguesa.”⁸ A língua surge, então, como o novo paradigma utópico da portugalidade, o *topos* da mediação universalizadora e da miscigenação recriadora. Só assim, *o nada que é tudo* do mito, *o desejar poder querer* dos nossos anelos saudosistas e sebastianistas, se abrem ao “Portugal futuro do passado,”⁹ àquilo que renascerá a partir do que demos ao mundo, não do que possuímos ou conquistamos: o nosso projeto universalista e mediação totalizadora.

Desde cedo, o espírito totalizante e aberto de Agostinho da Silva, a sua sabedoria e *praxis* unitivas, pautar-se-ão por um franciscanismo espiritual, inspirado nas teorias de Joaquim de Fiore, por certo motivado por seu sogro e amigo Jaime Cortesão. A partir daí, o seu pensar vadio será profundamente marcado por uma filosofia escatológica da história portuguesa, aliada a um messianismo lusocêntrico, pedagógico e ativo. Além de Leonardo Coimbra, seu mestre na Faculdade de Letras do Porto, no itinerário sófico de Agostinho da Silva pesou ainda a influência de António Sérgio. Não do racionalismo cartesiano e berkeleyano deste autor, não do seu agnosticismo emitofobia, como dirá António Quadros,¹⁰ mas do seu idealismo pragmático e democratismo, sobretudo, do seu empenhamento numa política do concreto e *praxis* objetiva. Será assim que o “Agostinho andarilho e vagabundo, o Agostinho trânsfuga de um Portugal ‘habitualizado’, o Agostinho doutorado em Filologia, mas fugitivo das universidades positivistas e dos meios políticos e culturais demasiado estreitos,”¹¹ partirá em peregrinação ao Portugal medieval e dos Descobrimentos, ao Portugal do sebastianismo e do Quinto Império. Na *História do futuro* e em *Os Lusíadas* encontrará a profecia e o mito feitos história; em Fernando Pessoa, certificar-se-á que esse nada é tudo quanto fomos e, em parte, seremos, prosseguindo, na paradoxia de sua vida e obra, a vivência duma utopia real, o seu sonho paracético de amor e unidade.

Com D. Dinis e Dona Isabel, as influências de Joaquim de Fiore tinham penetrado em Portugal, através dos franciscanos espirituais e dos Templários-Ordem de Cristo, bem como através de Raimundo Lullo e de Arnould de Villeneuve, conselheiros nas cortes de Aragão e da Sicília, transformando o reino no teatro litúrgico do Espírito Santo. Opondo-se à visão cristocêntrica, o abade de Fiore desenvolvera uma hermenêutica da história baseada num estudo comparativo do Antigo e do Novo Testamento, considerando o devir da humanidade, como uma progressiva expressão das três pessoas da Trindade, cada uma delas marcando uma época histórica.

A Idade do Espírito Santo, que deveria acontecer pelos finais do século XII, suceder-se-ia às idades do Pai e do Filho, caracterizando-se pelo domínio do espírito, pela idade e amor dos homens. Enquanto a primeira idade, a dos leigos e do casamento, correspondente ao tempo da lei mosaica anterior a Cristo, estava sob o signo do Pai, e a segunda, marcada pela vinda de Jesus e dominada pela ordem dos clérigos, estava sob o signo do Filho, a terceira, votada à liberdade da contemplação, assistiria à promoção das ordens monásticas, difusoras do Evangelho Eterno, sob o signo do Espírito Santo. Se a primeira idade foi a da ciência e a segunda a da sabedoria, a terceira seria a da plenitude da inteligência e da liberdade. O reinado do Espírito Santo corresponderia, pois, a uma crescente espiritualização da humanidade, através da plenitude do intelecto e da aquisição dos dons paracléticos da sapiência e da contemplação.

Com nosso rei-poeta surge em Portugal uma *paideia* espiritualista, refletindo-se no florescimento da língua e na criação da Universidade, sendo curioso notar que D. Dinis nasceu em 1261, enquanto para o abade de Fiore 1260 seria o ano do Anticristo, após o qual principiaria a terceira idade, a idade do Espírito Santo, reunindo este rei as condições proféticas de iniciador de um império espiritual, o Quinto Império português. Embora o monge cisterciense não fosse um messianista nem tão pouco um milenarista, em sentido estrito, ao romper com a interpretação agostiniana da história, suas profecias retomavam as concepções escatológicas dos primeiros séculos do cristianismo. O seu pensamento terá penetrado facilmente em Portugal, em cuja Filosofia da História sempre se procurou a realização de uma terceira idade, esse império do espírito, harmonizador do múltiplo no seio do uno. Os próprios Descobrimientos portugueses, segundo Jaime Cortesão, teriam sido uma tentativa de realizar na terra essa missão transcendente, assumindo Portugal, o papel mitopoético e cultural de *axis mundi*, na fusão dos contrários Ocidente e Oriente, na demanda de um reino de paz e unidade, de anseios e lonjuras, como diz o nosso filósofo.

Apoiado numa sabedoria oriental, neoplatônica e espinosista, envolvido na trama histórica do paraclatismo do sogro, o filósofo portuense transfigurará, então, o projeto vieirino e pessoano, vislumbrando na cultura e na língua portuguesa esse sentido outro, mediador, rumo à transcendência e à unidade. Só um império mais espiritual do que material poderia diluir as diferenças e conciliar

os opostos, por isso mesmo, seria um império de dom não de domínio, de fraternidade e de amor, bem patente na coroação simbólica de um pobre ou de uma criança como imperador do Espírito Santo, nas festas do Divino, em Portugal, Açores e no Brasil.

Ecumênico e universal, o novo reino espiritual resultaria da unidade entre a Europa, a África e a Ásia, pressupondo uma unidade religiosa, não confessional, e uma unidade cultural, dinamizada através dos Centros de Cultura e das Universidades, cujo objetivo seria favorecer o diálogo entre as comunidades de língua portuguesa, ponto de partida para a unificação do mundo, sob a égide do espírito. Para Agostinho, como para Camões, “é a língua nossa raiz e nossa fronde, nossas flores e nossos frutos, nossa vida e nossa morte.”¹² Por isso, o reino do espírito é a irmandade da fala, geograficamente expressa na nossa expansão marítima e ecumenismo cultural. “A tarefa de Portugal é mostrar que a humanidade é uma, como outrora mostrou ser uno o mar,”¹³ concluirá, então.

Só que este *Portugal língua*, talvez não possa ter na Europa qualquer ponto de sólido apoio, sendo o Brasil, para Agostinho da Silva, o continuador da nossa epopéia espiritual, reencontrando-se “o Portugal arcaico, o Portugal verdadeiro, num Brasil mais lusíada do que o Portugal remanescente do seu fracasso histórico.”¹⁴ No nordeste que foi a Nova Lusitânia, na Pedra Bonita ou em Canudos, em Euclides da Cunha, Suassuna ou Guimarães Rosa, Agostinho reencontra os mesmos mitos e ideais que outrora alimentaram a raça de nossos navegadores-poetas. O Brasil é o *porto seguro* das descobertas portuguesas, a *terra prometida* no horizonte de suas viagens míticas e reais, o império espiritual de seus anseios e lonjuras. “Aqui, neste miraculoso Brasil, teria apoio de sólida terra, não apenas pastoreio de nuvens, o sonho do Quinto Império, Império do Espírito Santo, profecia de Joaquim de Flora,”¹⁵ dirá o autor. Se, por um lado, este é o *utopos mítico* onde se encontram o tempo e a eternidade, identificando-se com a *Ilha dos Amores* camonianiana, por outro, é sempre o *topos real* onde será concretizado o sonho quinto imperialista, porque o ponto de encontro de todas as culturas, onde a coincidência dos opostos realizada propiciou a miscigenação e privilegiou a tolerância.

País do futuro, na desordem sagrada de sua terra e de suas gentes, o Brasil parece conservar sua infância eterna, seu estado edênico permanente, num para além do bem e do mal, de Deus e do diabo, do ser e do não ser, sendo a paradoxia unitiva, o segredo de sua utopia real. Este modo conjuntivo de ser e estar no mundo, herdeiro da diáspora e mobilidade lusíadas, fará do Brasil uma sociedade onde as relações são mais importantes do que os indivíduos, onde o que está *entre*, o mediador, o intermediário, o moderador, terá sempre um papel fundamental. Se o lema dos norte-americanos é iguais mas separados, no Brasil será sempre, diferentes mas juntos. Daí a preferência brasileira pelas festas e rituais, a sua vocação carnavalizadora, porquanto a festa *lato sensu* propicia o conjunto não conflitivo das coisas, a coincidência dos contrários.

O espaço *entre*, a travessia, é, de fato, o espaço por excelência da brasilidade, esse *terceiro lugar* que inclui os opostos, aparentemente irreconciliáveis, por isso mesmo, o espaço onde florescerão todas as heterotopias e meta-lógicas futuras, visualizadas por Agostinho da Silva. O próprio mau funcionamento do país, segundo este autor, seria um atestado de sua vitalidade paradoxal, dessa *energeia* que o transforma em nova terra de promessa, a certeza de que o naufrágio da civilização não o arrastará consigo.

Será curioso notar que Jaime Cortesão¹⁶ já salientava como traço comum entre portugueses e ameríndios do Brasil — esses nômades e navegadores de rios — a mobilidade. Segundo este autor, “o aborígene da América do Sul, e em especial o tupi, caracterizava-se (...) pela capacidade de orientação, a consciência do espaço e a possibilidade de o representar, sob a forma cartográfica.”¹⁷ Sendo notável a cultura geográfica destes povos, posto que rudimentar, foi por certo aproveitada pelos descobridores em sua expansão no interior do Brasil. “Raça semi-nômade, o tupi movia-se também (...) em busca do Paraíso terreal,”¹⁸ transcendendo seu nomadismo o plano da economia, para a esfera das crenças, numa atitude ainda semelhante à dos portugueses.

O mais importante para Cortesão, porém, seria a forma como esta mobilidade e nomadismo parecem colmatar-se, adotando-se, entre os diferentes grupos étnicos, um único idioma, “que já antes da chegada dos brancos se tornara *língua geral*, e, por conseqüência, instrumento de unificação social e cultural.”¹⁹ A viagem marítima dos lusitanos teria seu contraponto, em terras brasileiras, nas grandes travessias fluviais dos povos anteriores à descoberta, prefigurando-se, já então, a língua como o *topos* da mobilidade, no limiar do qual se projeta o *utopos* da transcendência. A mesma mobilidade nômade, o mesmo sentido utópico de demanda, o mesmo instrumento de unificação — a língua — parecem, à partida, irmanar a luso-brasilidade em sua errância física e metafísica, em suas viagens e travessias.

Talvez por isso, para Agostinho da Silva, será na América do Sul, mais do que na Europa, que a humanidade poderá esperar o surgimento de novos horizontes, porque aí houve a miscigenação de etnias, a fusão de culturas. Excluindo o Uruguai e a Argentina porque se europeizaram demais, o filósofo deixa ao Brasil e ao México, o papel mais relevante na construção de um mundo novo. Sobretudo ao primeiro que, juntamente com a China, será o parceiro imediato no diálogo que unificará Oriente e Ocidente, articulando a contemplação e a ação. Sem descuidar da importância do desenvolvimento econômico deste país novo e sua futura contribuição na produção mundial, Agostinho acredita sobretudo na capacidade de simpatia humana, imaginação artística, sincretismo religioso, calma e aceitação do destino, inteligência psicológica, ironia, apetência de viver, sentido de contemplação e união harmônica do povo brasileiro. Acredita em sua arte criativa, anunciadora de um tempo em que o sonho se estabelecerá no real; no desenvolvimento de sua ciência, mais inventiva do que especulativa, porque alheia à vontade dominadora

do saber ocidental, à sua racionalidade instrumental; acreditando inclusive no florescimento de uma filosofia, mais poética e religiosa do que sistemática, não separativa mas unitiva de opostos — a sua própria filosofia.

Se o papel do Brasil no mundo é o de ser o caminho para a civilização do espírito, a tarefa do visionário Agostinho seria a de tornar o sonho realidade, a partir dos Centros de Cultura e das Universidades, sendo a Universidade de Brasília, considerada um espaço exemplar, a primeira a incluir um Instituto de Teologia desligado de qualquer religião confessional, explicitando o projeto religioso e unitivo do pensador luso-brasileiro. Incluindo em seus cursos as religiões da América, Ásia e África, no que têm de ecumênico, aquele Instituto pretendia tornar-se “o centro do grande círculo de liberdade, fantasia e alegria em que o país deverá inscrever o mundo”, conforme refere em seu *Ensaio para uma teoria do Brasil*.

Falar de Agostinho da Silva é pois tarefa complexa e inesgotável, de tão misturados, em sua vida e obra, o sonho e a realidade, o mito e a *praxis*. Apenas podemos concluir que o filômito Agostinho está sempre além dos limites, das dicotomias e contradições, por isso mesmo é um filósofo. Só nesta acepção paradoxal, o filósofo e o filólogo, o poeta e o profeta, desterritorializado da pátria e reterritorializado na língua, pôde prosseguir em seu sonho paraclético, a tarefa dos *Navegadores do Ilimitado* de que falava Pessoa: fazer da língua a pátria virtual de quantos a falam e recriam. Para ambos, só neste *Portugal-língua*, o *Portugal-mito* poderia realizar seu sonho messiânico, cumprir seu *telos* meta-histórico, cumprindo-se finalmente como o “Portugal futuro do passado.”

A filosofia do imprevisível e paradoxia unitiva de Agostinho da Silva revelam-nos um visionarismo pragmático, na *conjunctio* singular destes dois termos opostos, profundamente atual em sua visão totalizante e multicultural da língua portuguesa. A língua, entendida como comunidade da fala, surge como uma espécie de pátria flutuante, o *topos* da mobilidade lusófona, terceiro lugar de fluxos e passagens, onde a miscigenação acontece e a universalidade é possível; simultaneamente esse *estar-entre*, característico da meta-territorialidade simbólica e esse *ser-entre*, específico das metamorfoses multiculturais.

País semiperiférico, hoje desterritorializado apressadamente na Europa, ontem grandiosamente no mundo, procurar seu quinto império simbólico na comunidade da língua parece-nos ser ainda um jeito de Portugal manter sua posição de *terceiro*, entre a terra européia de que geofisicamente faz parte, e as periferias que por errância lhe pertencem, como é sua vocação atlântica, mediadora e universalista. Nesta hora paradoxal de fim de milênio, sob as aparências sonâmbulas das CPLPs possíveis, algo de mais profundo e mais autêntico parece ainda unir-nos, no universal concreto da língua. Porque nesta travessia lingüística, como sabiamente visionou Agostinho, mesmo que as *praxis* políticas possam acomodar-se, a polifonia lusófona falará mais alto.

No princípio era o mito, esse nada que é tudo; mas o mito fez-se verbo, e a língua, transplantada e enriquecida, rescreverá a História.

Notas

1. *Um Fernando Pessoa* Lisboa: Guimarães editores, 1958. p.15
2. Nota a cinco fascículos. In: *Dispersos*. Lisboa: ICALP, 198, p.543
3. *Um Fernando Pessoa*, p.15
4. *Ibidem*
5. *Dispersos*. p.697
6. Santos, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
7. Cf. Varela, M. Helena. *O heterólogos em língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1996.
8. Quadros, A. *Fernando Pessoa, vida, personalidade e gênio*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988. p.258
9. Pessoa, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1982, p. 86.
10. Quadros, A. *Memória das origens. Saudades do futuro*. Lisboa: Europa América, s.d.p.280
11. *Ibidem*, p.281
12. *Dispersos*. p.9
13. *Ibidem*, 267
14. Quadros. *op. cit.* p.284
15. *Fantasia portuguesa para orquestra do futuro*. Lisboa: Sec. 1982. p. 79-81
16. Cortesão, J. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: I.N.C.M., 1990 Vol. I p. 19
17. *Ibidem*
18. *Ibidem*, p. 18
19. *Ibidem*, p. 19